

UMA REVISÃO DAS INTERPRETAÇÕES RECENTES SOBRE O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA GAÚCHA*

*Flávio Benevett Fligenspan***

1 - Introdução

Ao longo do tempo, os estudos sobre a indústria gaúcha têm buscado interpretar seu crescimento das mais variadas formas, passando por distintos paradigmas teóricos e chegando a diferentes conclusões, desde as que identificam situações de insuficiência no seu desenvolvimento até as que mostram espaços claros de avanço. Alguns têm privilegiado um tipo de análise com base em categorias de uso, outros usam os gêneros e suas subdivisões. Apoiando-se em uma ou outra forma de classificação, alguns estudos examinam as possíveis especializações da indústria gaúcha e, para tanto, usam parâmetros como a indústria paulista ou mesmo a indústria nacional — a referência maior.

Dado o amplo espectro de interpretações e sua existência já não tão curta, é possível falar-se em uma história da análise da indústria gaúcha.

Os trabalhos até aqui realizados deram importantes contribuições a esse respeito, sendo possível observar uma evolução na maneira de pensar o desenvolvimento da indústria estadual. Até o início da década de 80, pelo menos, o pano de fundo da maioria deles era o modelo de substituição de importações e seus reflexos a nível regional, sempre adotando uma visão ampla das relações entre a economia gaúcha e a brasileira. Disso resultava uma análise com um grau de agregação muito grande, ora tratando-se

* Este artigo constitui-se em uma versão modificada da Introdução e do Capítulo 1 da dissertação de mestrado do autor, **Padrões de Competição e Crescimento da Indústria Gaúcha (1949-1980)**, apresentada junto ao Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS.

** Economista da FEE e Professor da UFRGS.

O autor agradece, mais uma vez, ao Professor Achyles Barcelos da Costa, orientador da dissertação, e à colega da FEE Maria Isabel Herz da Jornada pelos comentários ainda no período de elaboração da dissertação. Agradece também a Luiz Roberto Pecoits Targa, que discutiu a questão dos paradigmas, e a Álvaro Antônio Louzada Garcia, que o orientou na discussão da inelasticidade da oferta de produtos primários. Clarisse Chiapani Castilhos e André Luis Forti Scherer fizeram sugestões à versão final deste artigo. As imperfeições remanescentes são de responsabilidade do autor.

da totalidade da indústria de transformação, ora dividindo-a nos seus gêneros e categorias de uso. Assim, tentava-se captar as mudanças estruturais que o modelo econômico trazia à indústria nacional a partir dos anos 50 — passando a privilegiar a produção de bens mais sofisticados do ponto de vista de tecnologia e intensidade de capital, em detrimento de bens leves de primeira necessidade — e como essas alterações se manifestavam no parque industrial gaúcho. Bem ou mal, as economias regionais adaptavam-se ao grande movimento proposto pelo novo padrão de acumulação nacional. Evidentemente, quanto mais atrasada fosse a estrutura regional, mais difícil seria sua adaptação, mas, pior que isso, maior seria a possibilidade de ela perder a oportunidade de se "modernizar", o que corresponderia a desempenhar um papel marginal no processo, sem chance de recuperação. Isto porque o modelo adotado era concentrador de renda não só no sentido pessoal e regional, excluindo parcelas cada vez maiores da população e também as regiões mais atrasadas economicamente. Quem não tivesse nível de renda elevado ou potencialidade para alcançá-lo, estaria irremediavelmente alijado.

Mesmo que se possa concordar, em linhas gerais, com esse tipo de interpretação, o tratamento agregado de mercados bastante heterogêneos — apenas reunidos num mesmo gênero por semelhanças não muito fortes quanto ao uso de matérias-primas e tecnologias — deixava muito a desejar. Explicações muito genéricas sobre o desempenho de ramos a nível regional e suas possibilidades de desenvolvimento frente aos rumos adotados nacionalmente acabavam encobrendo especificidades de alguns mercados. A consequência dessa forma de análise era misturar diagnósticos e propor soluções nem sempre válidas ou possíveis, que chegariam até mesmo a truncar o bom desenvolvimento de alguns ramos com potencialidades expressas em dados ou resultados que ficavam escondidos por uma média que apontava em sentido contrário.

Os estudos da década de 80 avançaram nesse sentido, pois trabalhavam com um nível de agregação menor e tentavam captar as condições próprias de desenvolvimento de cada mercado regional através de variáveis ligadas à noção de competitividade, isto é, centravam a análise no ambiente específico de avanço ou recuo dos capitais de cada região, na disputa pelo espaço nacional. Todavia eles ainda deixaram espaços para avanços em alguns pontos. Um deles é a possibilidade de aprofundar a pesquisa a um nível de agregação menor do que os utilizados até então, o que aperfeiçoaria os estudos, ao aproximá-los mais da realidade e de uma noção mais exata de mercado.

O objetivo deste artigo é fazer uma revisão dos trabalhos que se preocuparam em explicar o crescimento recente da indústria gaúcha, encadeando-os logicamente, de acordo com a evolução da discussão de algumas questões que ficaram consagradas como polêmicas.

2 - A seleção dos trabalhos

Qualquer tarefa de revisão bibliográfica defronta-se, de imediato, com o problema da seleção dos trabalhos que devam ser arrolados. Uma revisão sobre o crescimento da indústria gaúcha não se furta dessa questão. Isto porque são muitos os estudos que

abordam o tema, com variações grandes de períodos históricos, de matizes teóricos e de abrangência setorial. Trata-se, portanto, de restringir o número de trabalhos comentados, usando-se, para tanto, critérios que, por um lado, evitem tornar longa e enfadonha a discussão e, por outro, não excluam estudos considerados clássicos no tema e/ou que sejam fundamentais para o entendimento da sequência lógica do debate travado nos últimos anos.

O primeiro critério é o que se refere ao período histórico. São incluídos nesta revisão, prioritariamente, os trabalhos que abordam, integral ou parcialmente, o período 1949-80, tendo presente a importância da década de 50 como o ponto em que se verifica a idéia de integração do mercado nacional. Essa restrição deve-se à intenção de não se fazer aqui uma exaustiva retomada de textos que exploram a formação histórica da indústria gaúcha no cenário brasileiro. Mesmo reconhecendo a importância desse tema, deve-se ter claro que não é este o objetivo do presente trabalho.

O segundo critério refere-se à abrangência. Procura-se trazer à discussão os estudos que têm uma visão global sobre o funcionamento da indústria sul-rio-grandense, sejam os que abarcam todos os gêneros, sejam os que tratam de segmentos específicos. Porém é importante chamar atenção para o fato de que, até os anos 80, pelo menos, os trabalhos mais específicos — setoriais — **geralmente** não apresentavam um marco teórico que permitisse uma interpretação mais ampla a respeito do desenvolvimento da indústria regional e de suas relações com a economia nacional.

Por fim, o critério mais importante refere-se à própria forma de organização deste texto. Ele orienta a revisão, respeitando, ao mesmo tempo, a cronologia e o encadeamento dos argumentos do debate, no sentido da construção de formas cada vez mais elaboradas de interpretação do objeto de estudo. Para tanto, usa-se a noção de **paradigmas** de análise da indústria gaúcha elaborada por Targa (1989) e selecionam-se os trabalhos que melhor representam a evolução do modo de pensar a indústria gaúcha através dos diferentes paradigmas.

3 - Os paradigmas

Antes de comentar os diferentes paradigmas de interpretação da economia regional, é importante dizer que a adoção dessa forma de classificação dos trabalhos é apenas uma dentre várias opções. Outra, por exemplo, poderia basear-se nas diferentes correntes teóricas usadas para sustentar a argumentação dos trabalhos. No entanto, mesmo sem considerar esgotada a questão da classificação, a escolha feita tem a vantagem de ser suficientemente simples, clara e abrangente e, simultaneamente, fornecer um fio condutor apropriado para o tipo de revisão que se pretende.

Targa, em seu **Comentário sobre os "Paradigmas" da Economia Gaúcha**, enuncia dois paradigmas e um "quase-paradigma", assim denominado pelo autor. O primeiro paradigma, que corresponde à visão em voga nos anos 60, interpreta a economia gaúcha como uma economia fechada, com um projeto próprio e isolado, a ponto de poder considerar o Brasil como mercado externo e o Rio Grande do Sul como uma economia nacional. Para o autor, esse paradigma não corresponderia mais à

realidade dos anos 60, mas, sim, à herança de um tempo já esgotado, em que o Estado tinha um grau de autonomia social, econômico e político em relação ao centro do País e, especialmente, aos governos da União.

O segundo paradigma refere-se à segunda metade dos anos 70 e considera a economia gaúcha como parte subordinada à economia nacional. Nota-se aqui uma forte guinada de interpretação, pois, agora, além de não se admitir o "projeto próprio", isto é, considerar-se a região como parte de um todo, ainda se entende que essa parte é subordinada ao todo. Ou seja, a parte perde sua autonomia não só num sentido absoluto como também relativo, pois seus movimentos passam a ser dependentes ou ditados pelo movimento do todo, isto é, da parte do todo que é seu centro dinâmico. Apesar de seu aspecto positivo — de entender a região dentro do movimento geral da economia brasileira —, o autor identifica dois pontos de crítica. O primeiro é que ainda se compreende o Estado como "**uma economia**",¹ e o segundo é a própria questão central do paradigma, que é o fato de a região ser **parte** da economia brasileira. Explicando melhor, depois da integração da economia nacional, não tem mais sentido localizar suas partes de acordo com a divisão geográfica dos estados ou regiões, pois não é ela que explica, separa ou delimita as relações econômicas, sociais e políticas. As "partes legítimas" são os departamentos produtivos, as classes sociais ou os grupos de interesses políticos semelhantes, os quais perpassam as fronteiras geográficas. Portanto, se se analisar o Rio Grande do Sul isoladamente, têm-se tão-somente **segmentos das partes** autênticas do todo.

Se forem tomadas as críticas ao segundo paradigma no seu aspecto positivo, isto é, como superação, tem-se o chamado "quase-paradigma". Este deve ser construído com essa nova visão, e parece — porque o texto não traz esse fecho — que os trabalhos, a partir dos anos 80, já dispunham de um novo marco metodológico para trabalhar.

4 - Os diferentes estudos e os paradigmas

Seguindo os critérios estabelecidos para seleção dos trabalhos, o primeiro a ser analisado é o estudo clássico de Accurso, Candal e Veras, **Análise do Insuficiente Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul** (1965), daqui para frente nominado **Insuficiente Desenvolvimento**, tal como é mais conhecido entre os estudiosos da economia gaúcha. Como é sabido, esse é um estudo realizado para a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, publicado em 1965, e trata basicamente da década de 50, com alguns comentários que avançam um pouco nos primeiros anos da década de 60. Apesar do estudo englobar também a agricultura, esta revisão deve ater-se principalmente ao diagnóstico da indústria.

¹ Apesar de o autor não explicitar, nesse sentido, o segundo paradigma aproxima-se do primeiro, uma vez que este compreende o Estado como "**uma economia**" autônoma.

De acordo com o próprio título do trabalho, sua motivação central é esclarecer as causas do que os autores entendiam ser um insuficiente desenvolvimento da indústria gaúcha. De imediato, os chamados fatores exógenos são afastados, e a análise localiza três fatores endógenos como responsáveis pelo relativo estancamento, a saber, a inelasticidade da oferta de produtos primários, a incapacidade empresarial e a carência de infra-estrutura. O primeiro deles foi o que mereceu um tratamento mais detalhado. A produção primária não estaria respondendo adequadamente às necessidades geradas pelo processo de urbanização em função de:

- esgotamento da fronteira agrícola, o que inviabilizava a continuidade de um processo de crescimento por extensão, sem ganhos de produtividade;
- rigidez do quadro institucional, que preservava uma divisão fundiária perversa, onde conviviam minifúndios com produtividade baixa e latifúndios com arrendamento, o que aumentava os custos;
- distorção no uso dos recursos internos, uma vez que a renda agrícola não era reaplicada na busca de ganhos de produtividade, mas, sim, em bens que funcionassem como reserva de valor — tais como imóveis urbanos —, uma forma de proteção contra uma inflação cada vez mais alta, na ausência de mecanismos de correção monetária.

Assim, a resposta inadequada do Setor Primário obstava o fornecimento de matérias-primas em quantidades grandes e a preços baixos para a indústria de bens de consumo não duráveis, de expressiva participação no Estado.

É importante ter claro que a questão da inelasticidade da oferta de produtos primários não se coloca exclusivamente para a economia gaúcha. Pelo contrário, trata-se de uma discussão ampla, que vai além da fronteira nacional e que no Brasil gerou uma polêmica que se estendeu, pelo menos, até a década de 70. O ponto de vista defendido no **Insuficiente Desenvolvimento** tem origem nas teorias estruturalistas ligadas à CEPAL, que receberam críticas tanto dos setores mais conservadores como dos mais progressistas. Ocorre que, por trás da discussão da inelasticidade em si, estava colocada uma questão política, ligada à necessidade ou não de se realizar a reforma agrária como instrumento capaz de incentivar a produção primária. Os setores progressistas pregavam a necessidade da reforma agrária muito mais como instrumento de justiça social do que propriamente para resolver uma questão técnica de elasticidade. Já os setores mais conservadores colocavam-se contrários à reforma. Pastore (1973; 1973a), um de seus representantes, desenvolve um argumento oposto ao do **Insuficiente Desenvolvimento**, inclusive com estimativas da elasticidade-preço da oferta de produtos agrícolas para três regiões brasileiras, no qual tenta mostrar que a produção dá respostas mais importantes onde recebe maior estímulo tecnológico. Com isso, conclui que não se trata de um problema de elasticidade, mas, sim, de disponibilidade de "fatores não tradicionais", isto é, trata-se de estimular a produção através de avanços técnicos disponíveis e economicamente viáveis, pois os produtores primários tomam decisões racionalmente e reagiriam, se corretamente incentivados.

A questão, citada anteriormente, da incapacidade do empresariado industrial no sentido de inovar para gerar ganhos de produtividade e, conseqüentemente, recursos que alavancassem o autofinanciamento da expansão, aliada à carente infra-estrutura de serviços públicos — aspecto reconhecido por toda literatura que trata do período

anterior aos anos 70 —, acabava por desestimular o desenvolvimento industrial gaúcho. A inexistência do empresário schumpeteriano também é um ponto controvertido, pois o modelo de substituição de importações, ao induzir a compra de tecnologia estrangeira e, simultaneamente, criar mercado para os produtos por ela gerados, prescindia da capacitação tecnológica do empresário nacional.

Sob a ótica dos paradigmas, Targa (1989) classifica o **Insuficiente Desenvolvimento** no primeiro deles. Um dos argumentos usados por Targa para sustentar tal entendimento são as "(...) propostas de política econômica lá contidas, em confronto com o que acontecia no País". Assim, caracterizar-se-ia um modo de pensar a economia gaúcha isoladamente, isto é, independente dos movimentos da economia nacional, ou, por outro, como se fosse uma economia nacional. Contudo o que parece ter sido definitivo nessa classificação são dois argumentos que, tomados rigorosamente, lhe dariam apoio. Um deles, comentado acima, é o fato de localizar as razões do fraco desempenho da economia gaúcha nos seus aspectos internos, tirando a responsabilidade dos fatores externos, os que definem a forma de relação com a economia brasileira. O outro, ligado diretamente ao anterior, é que não fica claro no **Insuficiente Desenvolvimento** como se dá aquela relação, isto é, como se articulam a economia gaúcha e a brasileira.

Porém, se é verdade que a articulação está apenas subentendida ou superficialmente colocada, também é verdade que ela existe, como o demonstram o entendimento de que o processo de substituição de importação gerou impulsos diferentes para as economias gaúcha e brasileira e o de que o Rio Grande do Sul os aproveitou menos, pois o incremento da produção de bens de consumo não duráveis foi maior no País, apesar de essa categoria ter mais peso na estrutura da indústria estadual. Esse fato, assim como o grande diferencial de crescimento dos bens de consumo duráveis no centro do País em relação ao Estado são explicados, além dos aspectos já comentados, pelas vantagens de escala, pela complementaridade, pelas externalidades, pelo acesso ao crédito subsidiado e à capacitação tecnológica e, finalmente, pela consciência de classe do empresariado no sentido de pressionar o setor público para obtenção de diversas vantagens. Todos esses fatores eram muito mais presentes no centro do País. Não estaria aí uma forma de (des)articulação das economias gaúcha e brasileira? No entanto ainda mais forte é a evidência de articulação expressa no item de introdução do capítulo que trata da indústria no **Insuficiente Desenvolvimento**, quando propõe que deve-se observar o que ocorre no Rio Grande do Sul em comparação com o Brasil, inclusive suas relações de complementaridade em termos de compra e venda de produtos. É nesse sentido que parece um pouco rigorosa a classificação do **Insuficiente Desenvolvimento** no primeiro paradigma.² Em outras palavras, diferentemente do que assinala Targa (1989), é possível entender que esse estudo não interpretava a economia gaúcha como uma economia autônoma do resto do País.

² Alternativamente, poder-se-ia dizer que não é a classificação que é rigorosa, mas, sim, o próprio paradigma, na medida em que traz a necessidade de se pensar a economia regional isoladamente. Melhor seria considerarem-se diferentes variações do segundo paradigma, ao se entender a economia regional como "uma economia", e depois tratar de estabelecer diferentes formas de relacionamento entre ela e a economia nacional.

O segundo trabalho a ser analisado nesta revisão também pode ser considerado um marco no debate sobre o desenvolvimento da indústria sul-rio-grandense. Trata-se do Volume 4 da série **25 Anos de Economia Gaúcha** (1976), da Fundação de Economia e Estatística (FEE), que estuda a indústria de transformação — doravante nominado **25 Anos**, tal como é mais conhecido. Esse trabalho, da segunda metade dos anos 70, analisa o período 1950-70 e é um representante típico do segundo paradigma de Targa, que assim o classifica. O **25 Anos** entende "a economia" gaúcha como uma parte da economia brasileira — o todo — e, ainda, uma parte que é periférica e subordinada aos movimentos ditados pelo novo "padrão de acumulação" nacional. Explicando melhor, o modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado na produção de bens de consumo duráveis, direcionados para uma classe média privilegiada pela política de concentração da renda pessoal, reservou à economia do centro do País o papel principal e à economia do Estado um papel acessório. A indústria gaúcha, que, por razões decorrentes da sua formação histórica, tinha uma estrutura mais voltada para os chamados gêneros tradicionais — os que concorrem, direta ou indiretamente, para a produção de bens de consumo não duráveis —, teria sido prejudicada num modelo que deliberadamente sufocava a demanda desse tipo de bens em favor de outros, cuja produção estava concentrada no centro hegemônico, também por razões históricas.

A par disso, o **25 Anos** detecta uma perda de participação da categoria de bens de consumo não duráveis na estrutura industrial do Estado, em benefício da categoria de bens intermediários, que começava a tomar corpo e a ocupar esse espaço. É atribuída tamanha importância a essa substituição que uma das conclusões marcantes do trabalho é a afirmação de que a indústria gaúcha estava se especializando na produção de bens intermediários. Esse ponto gerou polêmica por alguns anos e pelo menos dois trabalhos que serão relacionados abaixo opõem-se a essa conclusão. Embora as críticas ao **25 Anos** sejam analisadas oportunamente, cabe aqui chamar atenção para um fato não levantado por outros estudos. A metodologia usada para separar os gêneros nas diversas categorias de uso foi a mesma de um trabalho do antigo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, conforme assinala o Anexo do **25 Anos**. Porém, no trabalho indicado, os gêneros que produzem bens pertencentes a mais de uma categoria de uso apresentam percentuais **variáveis ao longo do tempo** para distribuir sua produção total nas diversas categorias. Dessa forma, respeita-se a própria transformação da estrutura interna dos gêneros e suas conseqüências sobre a composição das categorias de uso com o passar do tempo. Ocorre que o **25 Anos** usa os percentuais de 1949 para **todo o período estudado**, "congelando" uma estrutura que certamente se alterou até 1970, ano final da análise. Assim, as conclusões a respeito do aumento ou da diminuição de importância das diversas categorias de uso devem ser vistas com cuidado.

Voltando à questão da classificação no segundo paradigma, deve-se observar que o caráter de subordinação se manifesta quer no peso da categoria bens de consumo não duráveis na estrutura industrial gaúcha, quer no aumento de importância dos bens intermediários; no primeiro caso, pelas conseqüências da opção pelo novo padrão de acumulação — que não privilegiava esse tipo de produção e consumo — e, no segundo, porque a indústria gaúcha ficava na dependência das encomendas do centro, produtor de bens finais e com grande capacidade de impor preços, dado seu poder de mercado. Para "provar" essa dependência, o **25 Anos** chega a calcular um coeficiente de

correlação entre a taxa de crescimento do produto industrial brasileiro e a da produção de bens intermediários no Rio Grande do Sul, concluindo por uma correlação perfeita. Portanto, através da importância daquelas duas categorias de uso na estrutura industrial do Estado, estaria comprovada a vulnerabilidade da indústria gaúcha e seu atrelamento dependente às encomendas e às oscilações da economia do centro dinâmico do País.

Concluindo, deve-se dizer que, tendo atribuído a responsabilidade pelo que novamente pode ser considerado uma insuficiência do desenvolvimento industrial gaúcho ao padrão de acumulação adotado a nível nacional e à estrutura industrial regional inadequada a esse padrão, o **25 Anos** é rico em críticas ao **Insuficiente Desenvolvimento**, mais especialmente no que se refere ao ponto da incapacidade empresarial. Isto é, apesar da manutenção de um ar queixoso quanto ao passado recente e às oportunidades futuras da indústria sul-rio-grandense, o **25 Anos** não acredita que se possa procurar internamente as causas da insuficiência, mas, sim, na forma de articulação das economias gaúcha e brasileira.

O terceiro trabalho a ser revisado também é da FEE e trata-se do Tomo I do **A Produção Gaúcha na Economia Nacional: uma Análise da Concorrência Inter-capitalista** (1983). Esse tomo, que estuda a indústria gaúcha no período 1949-75, é da primeira metade dos anos 80 e será nominado abaixo **A Produção Gaúcha**, tal como é comumente citado. O que Targa (1989) classifica como "quase-paradigma", e bem poderia ser entendido como um terceiro paradigma³, parece corresponder a alguns trabalhos realizados a partir dos anos 80, dentre os quais **A Produção Gaúcha** talvez seja o primeiro. Esse estudo propõe uma ruptura importante com os anteriores, ao recusar interpretações do tipo dominação, dependência, transferência de excedentes e evasão de recursos para explicar o crescimento regional diferenciado. Isto porque o foco da análise não é mais a economia regional enquanto tal, mas, sim, o crescimento diferenciado de setores, baseado em diferenciais de produtividade advindos de inovação tecnológica. É claro que não se perde de vista a questão regional; tanto é que se tenta avaliar o comportamento dos capitais gaúchos frente aos do resto do País, porém não é esse o ponto de partida da investigação. O ponto de partida é a competição intercapitalista em busca da valorização do capital, e o segundo aspecto é a localização espacial dos capitais, hierarquizados de acordo com suas produtividades e rentabilidades. Para tanto, a avaliação deve ser feita a nível de mercado ou da melhor aproximação possível desse conceito. Por isso, **A Produção Gaúcha** não trabalha mais com o gênero, tal como os estudos anteriores, mas com sua subdivisão.

Quanto aos paradigmas, a economia regional não é mais o centro da análise, porque, com a integração do mercado nacional, ela deixou de ser parte "autêntica". Esse papel é agora representado pelos mercados, ou setores, ou departamentos da produção, que terão rentabilidades diferentes e que, se interessar ao tipo de pesquisa que se faz, poderão ser geograficamente mapeados de acordo com seus diferenciais, oferecendo, **secundariamente**, uma visão regional das diferenças. É nesse sentido que **A Produção**

³ Observe-se que Targa (1989) não usa a expressão terceiro paradigma, que é uma opção do presente trabalho.

Gaúcha rejeita explicações globais do tipo "o padrão de acumulação não privilegiou os bens que têm mais peso na estrutura industrial do Rio Grande do Sul", usadas no **25 Anos**. Oferece em troca a evidência de que, na indústria gaúcha, diversos ramos — e daí a importância de "abrir" o gênero — produtores de bens de consumo não duráveis tiveram bons desempenhos, apesar do modelo de desenvolvimento adotado pelo País. Esses bons resultados ficaram ofuscados pelo desempenho médio — do gênero — ruim, logo, não podem ser explicados à luz da argumentação anterior.

Quanto à questão da especialização em bens intermediários, apontada pelo **25 Anos**, a crítica do **A Produção Gaúcha** é simples e contundente. Ocorre que a chamada especialização é constatada pelo **25 Anos** no âmbito interno da estrutura da indústria gaúcha por categorias de uso ao longo do tempo, isto é, verificou-se que, no período 1949-70, a categoria de bens intermediários aumentou sua participação, em parte ocupando espaço de bens de consumo não duráveis. O que não é **feito** no **25 Anos** é a comparação dessa evolução da estrutura gaúcha com a evolução brasileira, pois a "especialização" em bens intermediários e de capital é uma tendência do capitalismo. Essa comparação, realizada anos mais tarde por outro trabalho que será comentado abaixo, evidencia que a participação dos bens intermediários na estrutura industrial gaúcha era menor do que na brasileira em 1959 e continuou menor em 1980. Aliás, segundo **A Produção Gaúcha**, isto é apenas reflexo da natureza da concorrência capitalista, pela qual o centro hegemônico concentra a produção e detém os setores mais dinâmicos. Nesse sentido, entende-se por que se beneficiaram, a partir do período da integração do mercado nacional, as regiões que já possuíam esses setores com maior peso no perfil industrial, não sendo necessário recorrer a explicações como a da subordinação.

Apesar de **A Produção Gaúcha** representar um novo marco em termos de interpretação do crescimento industrial do Estado, esse trabalho também é passível de críticas, algumas de natureza teórica e outras a respeito da forma de organização das informações e das conclusões que elas permitem. **A Produção Gaúcha** toma como referência teórica os padrões de competição de Steindl (1983), porém num sentido dúbio. Isto porque, ao mesmo tempo em que enuncia, discute e utiliza as categorias analíticas do modelo, afirma não concordar com a sua teoria da competição oligopólica nem, genericamente, com a chamada teoria do oligopólio. A pergunta que fica é: então, por que trazer um representante dessa corrente? Ou, alternativamente, não haveria autores da linha teórica com a qual há concordância, cujos modelos poderiam sustentar a análise pretendida? O sentido dúbio acima citado parece ter comprometido a análise em algumas passagens, pois, embora **A Produção Gaúcha** faça questão de manifestar sua discordância em relação à teoria do oligopólio em diversos pontos do texto, em vários outros assume claramente o vínculo entre *markup* e poder de marcação de preços, inclusive argumentando que uma relação estável entre os *markups* do Rio Grande do Sul e os de São Paulo estaria a demonstrar que não houve imposição de preços de uma região sobre outra.⁴ Contudo é justamente nesse ponto que há dois equívocos teóricos. O primeiro deles refere-se à

⁴ Esse é o caso de várias passagens do trabalho, dentre elas as notas 6 e 8 da página 56, quando se discutem os resultados do gênero Vestuário, calçados e artefatos de tecidos.

inadequação da comparação — dos *markups* regionais — feita no trabalho com a questão teórica que lhe daria sustentação. A comparação dos *markups* de São Paulo com os do Rio Grande do Sul num mesmo ano e **para um mesmo setor** nada revela sobre o poder de impor preços de uma região frente à outra, pelo motivo simples de que os produtores de regiões diferentes não comprem bens uns dos outros, pois produzem mercadorias similares e são, portanto, concorrentes num mercado nacional integrado e não fornecedores de mercadorias uns para os outros. Se se quisesse examinar o poder de impor preços entre produtores de regiões diversas, dever-se-ia cotejar as margens de lucro dos fornecedores de uma região e dos seus compradores de outra região, evidentemente ressaltando-se o fato de representarem capitais voltados para a produção de diferentes mercadorias. No caso específico da crítica ao 25 Anos, o que deveria ser feito é comparar as margens de lucro dos oligopólios paulistas com as dos seus fornecedores — de bens intermediários — gaúchos. A maneira como é colocada a questão no A Produção Gaúcha somente teria sentido se se fizesse um tipo de análise dinâmica, na qual o diferencial de *markups* de diferentes produtores — leia-se regiões — de uma mesma mercadoria levasse, ou não, à modificação de suas participações no mercado nacional, ao longo do tempo. Isso refletiria, nos moldes de Steindl e, nesse caso, com fidelidade ao marco teórico, por um lado, diferenciais de custo de produção, fruto de diferenciais de eficiência, e, por outro, o padrão de competição vigente.⁵

O segundo equívoco refere-se à magnitude da relação entre os *markups* regionais. Mesmo considerando resolvido o problema teórico descrito no parágrafo anterior, o que determinaria "imposição de preços" ou "preços excessivos" é o fato de aquela relação manter-se — no tempo — maior ou menor que a unidade, implicando que os produtores de uma região impõem ao mercado margens mais altas que os outros. O fato da relação ser estável no tempo, se não for igual à unidade, apenas confirma que uma das regiões opera, sistematicamente, com margens mais altas.

No que se refere à organização das informações, há de se ressaltar que, contrariamente ao que afirma A Produção Gaúcha, é possível trabalhar com um nível de agregação menor que o utilizado, mesmo usando-se somente os Censos Industriais do IBGE, sem a necessidade de tabulação especial. Bastaria trabalhar com a segunda ordem de subdivisão do gênero, o grupo.⁶ Evidentemente, o ganho em termos de aproximação da noção de mercado é bastante grande, na medida em que se consegue tornar menos heterogêneo o grupo de produtos analisados.

Por fim, é importante citar que a publicação A Produção Gaúcha abriu pelo menos duas frentes de debate no meio econômico sul-rio-grandense. A primeira delas, mais rica e mais densa, deu-se basicamente dentro da própria FEE, órgão patrocinador do trabalho e do 25 Anos. Esse debate intenso teve como objeto as diferentes maneiras de entender a economia gaúcha, expressas nos dois estudos.⁷ Apesar de o debate ainda persistir, ele já

⁵ É com base nessa formulação que se constroem as hipóteses da dissertação de mestrado do autor.

⁶ Esse é o caso da dissertação de mestrado do autor.

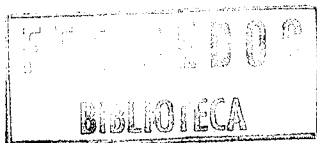
⁷ A discussão atingiu seu auge logo após a publicação de A Produção Gaúcha e encontra-se materializada em notas e comentários da revista Ensaio FEE, ano 4, n. 1, de 1983.

perdeu a força motivadora inicial, e o próprio tempo encarregou-se de resolver algumas questões outrora candentes. Além disso, novos estudos foram feitos, esclarecendo pontos da antiga discussão, e a própria sistematização de Targa a respeito dos paradigmas pode servir como rumo, no sentido do avanço do método de análise da economia gaúcha.

A segunda frente aberta não teve tanta extensão nem foi tão apaixonada. Trata-se do debate acerca da perda de participação da indústria regional a nível nacional. Ocorre que **A Produção Gaúcha**, no seu segundo capítulo, rebate a posição de diversos autores sobre esse assunto, ao desqualificar o Censo de 1907, ponto de partida usual para a defesa da tese da perda de participação. Nesse censo, o Rio Grande do Sul apresentava uma participação muito semelhante à de São Paulo na produção industrial brasileira, algo em torno de 15%. Porém em **A Produção Gaúcha** são feitos questionamentos sobre a validade dessa simples comparação. O primeiro deles refere-se à qualidade dos dados, pois o próprio Centro Industrial Brasileiro, entidade privada promotora da pesquisa, admite que houve subestimação, isto é, muitas cidades não responderam ao levantamento, que não foi feito de maneira direta, mas, sim, pelo correio. Na medida em que não é possível saber-se quanto do valor da produção de cada região deixou de ser considerado, qualquer relação derivada desse censo fica prejudicada. O segundo aspecto relacionado em **A Produção Gaúcha** é mais complexo. Trata-se do argumento levantado por Cano (1977), de que as estruturas industriais gaúcha e paulista eram qualitativamente diferentes na época, tendo o Rio Grande do Sul uma participação muito forte de uma mera atividade de extensão da agropecuária, as charqueadas, que pouco agregavam em termos de valor industrial. Para tornar a comparação mais fidedigna, Cano retira das estruturas de cada região e do total do País essas atividades e chega às participações de 8,0% para o Rio Grande do Sul e 19,2% para São Paulo. Adotando o mesmo procedimento para o Censo de 1920, os percentuais são de 6,6% e 36,9% respectivamente, o que descaracteriza a idéia de perda de participação da indústria gaúcha a nível nacional, pois ela tem oscilado historicamente em torno dos 7,0%. Carrion Jr. (1983) colocou em suspeição os argumentos usados tanto para mostrar as falhas do Censo de 1907 como, conforme Cano, para depurar o Censo do que se considerou apenas extensão da atividade agropecuária. A resposta foi dada por Bandeira (1984), explicando mais detalhadamente as objeções e os ajustes realizados, mas o debate não evoluiu.

Um dos desdobramentos do **A Produção Gaúcha** foi o trabalho **O Crescimento da Indústria no Rio Grande do Sul na Década de 70: um Estudo Comparativo**, também da FEE.⁸ Esse estudo organiza os gêneros em quatro categorias, de acordo com o cruzamento de dois critérios: o quociente locacional, que define uma "especialização relativa" do Estado, e a comparação das taxas de crescimento do gênero no Estado e no País. A análise usa, propositalmente, categorias analíticas semelhantes às do **A Produção Gaúcha**, porém incorpora dois novos aspectos. Um corresponde às informações do Censo de 1980, o que lhe permite avaliar três pontos ao longo da década

⁸ Trabalho realizado por Pedro Bandeira e Nilton Gründling e publicado em 1988.



de 70, e outro é a comparação do crescimento da indústria gaúcha com o das indústrias carioca, mineira e de um conjunto denominado "demais estados", além da comparação com as indústrias paulista e brasileira, já realizada pelo seu predecessor.

Outro trabalho que deve ser citado nesta revisão é **A Indústria Gaúcha de Bens de Capital na Dinâmica da Economia Brasileira: Avanços e Constrangimentos**, também realizado pela FEE e publicado em 1986.⁹ Apesar de ser posterior ao **A Produção Gaúcha**, ele não apresenta um vínculo forte com esse trabalho, nem incorpora seu método típico de terceiro paradigma. Muito condicionado pelas especificidades — inclusive de formação histórica — do setor estudado, a análise é, muitas vezes, mais próxima do segundo paradigma, o que não a impede de incursionar por indicadores de produtividade e margem de lucro. Porém a explicação para os ganhos e perdas de espaço da economia gaúcha a nível nacional normalmente não se dá no âmbito dos diferenciais inter-regionais dessas variáveis, mas, sim, pelas características particulares de uma indústria de bens de capital mais singela do ponto de vista dos produtos, da tecnologia e da intensidade de capital, que claramente se diferencia do pólo dinâmico do centro do País.

Encerrando esta revisão, é obrigatório um comentário sobre o estudo **Uma Avaliação da Economia Gaúcha no Período 1960-85**, realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ACCURSO, 1988). Interessa diretamente ao presente trabalho o Volume II do estudo citado, que trata da indústria de transformação gaúcha.¹⁰ A primeira parte do Volume II apresenta contribuições importantes no que se refere: à visão global, onde se afirma que o Estado acompanhou o ritmo de crescimento forte da indústria brasileira no período 1959-80; ao item reservado à análise por categorias de uso, em que é elaborada uma classificação própria que corrige as distorções das anteriormente utilizadas; e ao item que relaciona os quocientes de localização, no qual começa a ser tratada mais detidamente — a nível de grupos — a questão da especialização da indústria gaúcha. Esse é o tema que interessa especialmente, pois ele recupera, mais uma vez, o debate já travado entre o **25 Anos** e o **A Produção Gaúcha** e, dessa forma, conclui o encadeamento lógico pretendido.

O primeiro ponto a realçar é a composição das categorias de uso, que sofre um cuidado especial, adotando-se uma classificação própria, que resolve o problema dos gêneros com participação em mais de uma categoria através da separação a nível de grandes grupos. Isto é, aloca-se cada grande grupo na devida categoria de uso. Assim, num trabalho minucioso, elabora-se uma classificação bastante próxima da realidade e que não carrega a desvantagem de ter que trabalhar com grosseiros percentuais para separar gêneros em categorias de uso.

⁹ Esse trabalho é de autoria de Pedro Fernando de Almeida, Roberto Silveira Marcantonio e Rubens Soares de Lima.

¹⁰ O Volume II data de 1988 e divide-se em duas partes. A primeira, que tem contribuições mais afins com este trabalho e, por isso, será mais examinada, esteve sob responsabilidade de Jayme Lapolli. A segunda trata do comportamento da indústria gaúcha nas fases cíclicas da economia brasileira e foi elaborada por Achyles Barcelos da Costa e Maria Cristina Passos.

O ponto seguinte é, tomando-se essa classificação, examinar a questão da especialização da indústria gaúcha em bens intermediários, o que acarretaria dependência das encomendas feitas pelo centro do País, nosso principal comprador. Apresentam-se, a seguir, os argumentos contrários a essa tese. Conforme já foi apontado acima, a participação da categoria de bens intermediários na estrutura industrial gaúcha foi sempre inferior à participação a nível nacional.¹¹ Por outro lado, a análise dos quocientes de localização também não aponta no sentido da especialização em intermediários. E, por fim, o exame do destino dos bens intermediários produzidos no Estado revela principalmente relações com outros setores da economia gaúcha, como é o caso dos adubos e fertilizantes e dos couros e peles. Ainda mais, examinando a questão por outro ângulo, as exportações gaúchas para o Exterior ou para o resto do País não mostram predominância de intermediários. Portanto, essa análise típica do segundo paradigma — por que não se pensa em termos da produtividade dos bens intermediários gaúchos frente aos de outras regiões? — não valida a hipótese de dependência das encomendas do centro do País e a possível imposição de desvantagens advindas dessa subordinação.

Em relação à estrutura e ao comportamento da indústria gaúcha nas fases do ciclo, a segunda parte do Volume II mostra que o Estado acompanhou, de maneira geral, os movimentos ocorridos na indústria brasileira. Guardando algumas especificidades quanto à estrutura por categorias de uso e seu reflexo no emprego industrial, pode-se dizer que a indústria gaúcha evoluiu no sentido de se tornar mais semelhante à brasileira ao longo das duas fases de expansão e das duas de contração que se verificaram no período 1955-80.

5 - A urgência de paradigmas avançados

Concluindo esta revisão, é importante que se aproveite a discussão e o entendimento dos trabalhos já realizados, para projetar o futuro com a diminuição do grau de incerteza e da possibilidade de erro. A evolução do modo de pensar o crescimento da indústria gaúcha levou ao terceiro paradigma, o qual trata de avaliar a questão regional ignorando, a princípio, seus limites geográficos e oferecendo em troca uma avaliação de competitividade entre diferentes capitais baseada em ganhos de produtividade em mercados específicos, onde se dá a concorrência capitalista. Porém as alterações que se processam aceleradamente na (re)organização da economia a nível internacional indicam a necessidade da superação do terceiro paradigma em pelo menos dois sentidos, que, apesar de parecerem divergentes, em verdade devem ser vistos de forma complementar.

¹¹ O que ocorreu, mas isso nenhum trabalho aponta, é uma intensidade de mudança maior no Estado, isto é, a taxa de crescimento da participação dos bens intermediários foi maior no Rio Grande do Sul. Mas, se for esse o critério para definir especialização, a intensidade de mudança dos bens de capital é ainda muito maior. No entanto a participação desses bens nas estruturas industriais gaúcha e brasileira, em 1980, foi pouco superior a 10%.

O primeiro deles refere-se à necessidade de se avançar no que se pode considerar uma variante do terceiro paradigma, pois implica tornar a análise o mais próxima possível da noção de mercado e, simultaneamente, estendê-la para uma avaliação da competitividade a nível internacional. Se os anos 50 trouxeram a integração do mercado nacional, com todas as conseqüências conhecidas para a análise das economias regionais, os anos 80 e 90 trazem a ampliação dessa integração de mercados a nível mundial.

O que aparentemente seria de difícil conciliação com o aspecto anterior, mas, no entanto, exige um esforço de encadeamento, é a necessidade de, sem perder de vista os mercados particulares, examinar a competição internacional através das corporações — como blocos de capital que atuam simultaneamente em diversos setores.

Trata-se, portanto, de uma análise muito mais próxima do real e, conseqüentemente, muito mais complexa do que as até aqui realizadas.

Bibliografia

- ACCURSO, Cláudio F., CANDAL, Arthur, VERAS, Cláudio (1965). Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**, Porto Alegre: Assembléia Legislativa, n.16.
- ACCURSO, Cláudio F., coord. (1988). **Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-85**. Porto Alegre: IEPE/UFRGS. v.2.
- ALMEIDA, Pedro F. de, MARCANTONIO, Roberto Silveira, LIMA, Rubens Soares de (1986). **A indústria gaúcha de bens de capital na dinâmica da economia brasileira: avanços e constrangimentos**. Porto Alegre: FEE.
- ALMEIDA, Pedro F. de, LIMA, Rubens S. de (1983). Apontamentos para uma discussão sobre a questão regional. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.4, n.1, p.151-166.
- BANDEIRA, Pedro S., GRUNDLING, Nilton A. (1988). **O crescimento da indústria no Rio Grande do Sul na década de 70: um estudo comparativo**. Porto Alegre: FEE.
- BANDEIRA, Pedro Silveira (1984). A produção gaúcha na economia nacional: resposta a uma crítica. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.137-149.
- BANDEIRA, Pedro Silveira (1988). **O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira 1940-1980**. Porto Alegre: FEE.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (1969). A industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas. In: _____. **Programa estratégico de desenvolvimento 1968-1970**. Brasília.

- CANO, Wilson (1977). **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL.
- CARRION JUNIOR, Francisco M. (1981). **RS: política e alternativas**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- CARRION JUNIOR, Francisco M. (1983). Por um projeto regional. In: RIBEIRO, Carlos R. M., org. **Autonomia ou submissão**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- CASTAN, Nelson (1983). Em busca de um paradigma conceitual para a melhor compreensão da economia gaúcha: uma réplica aos comentários. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.4, n.1, p.175-190.
- CASTRO, Antônio B. de (1971). **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense.
- COSTA, Achyles B. da, PASSOS, Maria Cristina (1987). Crescimento e crise na indústria gaúcha: 1959-85. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 3-20.
- COUTINHO, Luciano (1983). Apresentação. In: STEINDL, J. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**: com uma nova introdução do autor. São Paulo: Abril Cultural. p.7-23.
- FARIA, Luiz A. E. (1983). A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.4, n.1, p.191-196. (Resenha).
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1976). **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, v.4).
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1983). **A produção gaúcha na economia nacional**: uma análise da concorrência intercapitalista. Porto Alegre.
- OLIVEIRA, Francisco de, REICHSTUL, Henri-Philippe (1973). Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.4, p.131-168, abr.
- PASTORE, Affonso C. (1973). A oferta de produtos agrícolas no Brasil. In: PASTORE, José, org. **Agricultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro/São Paulo: APEC.
- PASTORE, Affonso C. (1973a). **A resposta da produção agrícola aos preços no Brasil**. São Paulo: APEC.
- SINGER, Paul (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2 ed. São Paulo: Nacional.
- SOUZA, Enéas C. de (1983). Da dinâmica do capital à subordinação da economia gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.4, n.1, p.167-174.

- STEINDL, Josef (1983). **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**: com uma nova introdução do autor. São Paulo: Abril Cultural.
- STEINDL, Josef (1990). **Pequeno e grande capital**: problemas econômicos do tamanho das empresas. São Paulo: Hucitec/UNICAMP.
- TARGA, Luiz R. P. (1991). Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.265-271.
- TARGA, Luiz R. P. (1989). Comentário sobre os "paradigmas" da economia gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.351-354.
- TARGA, Luiz R. P. (1984). A economia do Rio Grande do Sul não é parte da economia nacional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.161-164.
- TARGA, Luiz R. P. (1988). O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.9, n.2, p.147-158.

Abstract

This article revises the recent literature about Rio Grande do Sul's industry growth, showing the linkage between the different studies through the evolution of the debate concerning its main themes. In this respect, it uses the notion of analysis' paradigms of the Rio Grande do Sul's economy, evidencing the change in the interpretations regarding its relationship with the Brazilian economy.